

A Eugenia e o Mito da Superioridade Racial Branca: Racismo no Brasil Moderno

Carlos Vinicius Frota de Albuquerque
Universidade Federal do Ceará

1. Introdução

O Brasil, ao longo do século XIX, era tido como um *locus* privilegiado para pesquisas, tendo sido visitado por diversos viajantes naturalistas europeus. No entanto, a partir da década de 1870, um ideário cientificista começa a ganhar força no Brasil, deixando este de ser apenas um objeto de pesquisa, e passando a apresentar-se como uma nação que valorizava a produção científica. Uma elite intelectual brasileira, com base em uma racionalidade positivista, buscava pensar a organização das populações dos centros urbanos, passando a se congrega a partir de instituições de pesquisa e de ensino.

O regime escravocrata encontrava-se fragilizado, ganhando força a campanha abolicionista. A abolição era vista como uma necessidade para que o Brasil se integrasse à modernidade. A aproximação do fim da escravidão, que veio a se concretizar em 1888, tornava, para a elite dirigente, central a preocupação com a substituição da mão de obra e a conservação da hierarquia social. Em meio a este contexto, as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico nas definições acerca da identidade do brasileiro e na busca de elucidação dos problemas do país.

A desigualdade racial é uma construção social e epistemológica, em torno da qual se estrutura um sistema de poder socioeconômico, de exclusão e exploração. A racionalidade moderna surgiu no Brasil embebida em uma ciência positivista, tendo como traço marcante o determinismo biológico das teorias eugenistas. O negro viu-se submetido a situações de pauperização e anomia social, não tendo tido condições de acompanhar o processo de expansão urbana que se desenvolvia e sendo submetido a processos de não-existência.

Com a introdução no Brasil de um ideário cientificista, começa a haver nas grandes cidades a adoção de programas de saneamento e de higienização. “Tratava-se de trazer uma nova racionalidade científica para os abarrotados centros urbanos, implementar projetos de cunho eugênico que pretendiam eliminar a doença, separar a loucura e a pobreza.” (Schwarcz, 1993: 34) A medicina social ganha destaque tendo como preocupação central a degeneração da raça.

Para este contexto, a noção de biopoder, de Michel Foucault, apresenta-se como central. Foucault analisa como a partir do surgimento do Estado governamentalizado prioriza-se todo um conjunto de saberes e dispositivos de segurança que se ocupam do controle das populações, porém convivendo com mecanismos jurídico-legais e mecanismos disciplinares. A vida biológica converte-se então em objeto do governo. O biopoder apresenta-se como poder sobre a vida e sobre a morte. Aqui o direito do soberano de fazer morrer e deixar viver é substituído pelo poder de fazer viver e deixar morrer. Também se faz fundamental a discussão proposta por Foucault em torno do racismo de Estado, que aparece no século XIX. Em um contexto de guerra das raças, o Estado terá como objetivo garantir a integridade e a pureza racial da população. O exercício do poder torna-se da ordem da normalização, desempenhando a medicina importante papel.

Este artigo tem o propósito de discutir a eugenia e o racismo no Brasil, ao longo do final do século XIX e início do século XX, a partir da noção de biopoder em Michel Foucault. Para isto, partimos de um levantamento bibliográfico, utilizando uma literatura sobre a eugenia e o saber médico produzido no Brasil entre as décadas de 1870 e 1930 e o papel desempenhado por este junto à sociedade. Demonstraremos como estes discursos de saber-poder legitimaram intervenções para o controle das populações nos grandes centros urbanos brasileiros, introduzindo uma divisão binária na sociedade, encarnada no racismo.

2. Notas sobre o Biopoder em Foucault

No sentido de melhor compreender a eugenia e o saber médico produzido no Brasil vamos ao encontro da noção de biopoder em Michael Foucault. O biopoder é por ele pensado como o mecanismo de poder que passou a prevalecer no ocidente a partir do século XVIII, baseado na disciplina e na biopolítica.

Segundo Foucault, até o século XVII, as tecnologias de poder político se destacavam pelo poder soberano de matar. O poder do soberano sobre a vida e a morte se dava na medida em que tinha ao seu alcance o direito de fazer morrer ou deixar viver.

O soberano só exerce, no caso, seu direito de apreensão sobre a vida, exercendo seu direito de matar ou contendo-o; só marca seu poder sobre a vida pela morte que tem condições de exigir. [...] O poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la. (Foucault, 1988: 148)

A soberania se exercia como um direito originário, cedido contratualmente. O contrato social aparece como alicerce para a soberania, estando fundada, portanto, em bases jurídico-legais. O exercício da soberania se dá fundamentalmente a partir de leis que refletem sobre um território e suas riquezas. Tendo como base um código legal, estabelece uma divisão entre o permitido e o proibido, assim como as punições devidas, aplicadas como exemplos para os demais súditos e como forma de manifestar e evidenciar o poder do soberano.

No entanto, o exercício da soberania mostrava-se por demais custoso e cada vez menos eficaz. A partir de fins do século XVII e início do século XVIII, ocorreu, na Europa Ocidental, o deslocamento do predomínio do sistema de soberania para o do biopoder. Como ponto central neste movimento, temos que enquanto na soberania o poder se apresentava com toda sua força no direito de fazer morrer, aqui tem como foco o poder sobre a vida, o poder de fazer viver e deixar morrer. Esta manifestação de poder em torno da vida se dá a partir de dois polos interligados, um que se coloca sobre o corpo como máquina e outro sobre o corpo como espécie. A partir destes polos dá-se o surgimento da era do biopoder, forma de exercício predominante nas sociedades ocidentais modernas, que a partir de tecnologias de poder-saber busca obter “a sujeição dos corpos e o controle das populações”. Foucault define biopoder como:

... o conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais o que chamo, o que chamei, para lhe dar um nome, de biopoder. (Foucault, 2008: 3)

Partindo de uma “anátomo-política do corpo humano”, o biopoder age sobre o corpo-máquina, focando “... no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos.” (Foucault, 1988: 151) Sobre este corpo-máquina atua o poder disciplinar, de forma descentrada e contínua sobre cada indivíduo. Os corpos individuais são modelados, dispostos e vigiados de forma a seguirem as normas. As disciplinas funcionam com base na normatização, produzindo, a partir de tecnologias coercitivas de comportamento, corpos dóceis e produtivos. Em relação com os dispositivos de poder-saber são produzidas subjetividades¹ e assujeitamento.

Mais tarde, a partir da metade do século XVIII, o biopoder passa a se centrar também no corpo-espécie, nos processos biológicos. A reprodução, o nascimento, a saúde, a longevidade, a mortalidade, a raça, assim como os elementos que atuam sobre estes, passam a sofrer intervenções e regulações. Entra em cena a biopolítica, a partir de mecanismos de segurança que agem sobre a população, tendo esta como:

... um conjunto de elementos, no interior do qual podem-se notar constantes e regularidades até nos acidentes, no interior do qual pode-se identificar o universal do desejo produzindo regularmente o benefício de todos e a propósito do qual pode-se identificar certo número de variáveis de que ele depende e que são capazes de modificá-lo. (Foucault, 2008: 97)

Os dispositivos de segurança organizam, planejam e intervêm sobre o meio, tendo em sua essência a problematização das cidades. Na sociedade de segurança são privilegiados o cálculo de custo, as estatísticas, os estudos de casos com análises quantitativas de sucessos e insucessos, noções de risco, de perigo e de crise. O objetivo aqui não é atingir o corpo individual, mas a multiplicidade dos indivíduos que existem biologicamente interligados, ou seja, o corpo múltiplo da população, e os fenômenos que lhes dizem respeito. Atua-se com base em suportes matemáticos e ações preventivas visando atingir equilíbrios, ou seja, padrões de normalidade.

No entanto, Foucault deixa claro que estes mecanismos de poder não substituem simplesmente um ao outro. Na verdade o que ocorre é uma mudança de predominância e a edificação de relações complexas entre eles.

Vocês não têm mecanismos de segurança que tomam o lugar dos mecanismos disciplinares, os quais teriam tomado o lugar dos mecanismos jurídico-legais. Na verdade, vocês têm uma série de edifícios complexos nos quais o que vai mudar, principalmente, é a dominante ou, mais exatamente, o sistema de correlação entre mecanismos jurídico-legais, os mecanismos disciplinares e os mecanismos de segurança. (Foucault, 2008: 11)

Paralelo ao aparecimento de um novo sujeito, a população, desenvolve-se a “arte de governar” como uma razão de Estado. A razão governamental propiciou o desenvolvimento de toda uma série de saberes que tem como foco a população. Como forma a exercer o controle sobre esta, a governamentalidade articula dispositivos de segurança com estas redes de saberes, como a medicina, a psiquiatria, a economia, etc.

Estes novos mecanismos de poder apresentaram-se como fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo. O biopoder ofereceu ao capitalismo o controle dos corpos dentro de um sistema de máxima produtividade e a adequação da população e de

¹ O poder é compreendido por Foucault não de forma negativa, simplesmente como repressão, mas como produtor de subjetividades e discursividades.

seus fenômenos ao sistema econômico. Desta forma, possibilitou-se a aplicação do princípio liberal de máxima economia, ou seja, a busca de cada vez maiores resultados com menos custos.

No exercício do biopoder, desponta como fundamental o papel desempenhado pela medicina. Com o intuito de desenvolver a força de trabalho e de instituir normalidades, dá-se o investimento no biológico e a permanente distinção entre o normal e o patológico. A saúde não é mais visada apenas a partir do cuidado com o indivíduo, mas as sociedades em si são tomadas pela questão da saúde e da assistência. Neste sentido, as sociedades modernas ocidentais serão submetidas a um processo de constante medicalização, onde o corpo social é tomado pelo saber médico.

A medicina estende sua atuação para além das enfermidades, tendo um papel de destaque dentro do mecanismo de poder que se encarrega das vidas. Nas sociedades modernas, não se coloca como uma medicina privada, mas como uma medicina social. A força estatal, o controle dos pobres e dos trabalhadores, as cidades, as famílias, a sexualidade, etc. são tomados por este saber. Os discursos de saber médico despontarão como discursos de verdade, legitimando as intervenções sobre o corpo social.

Com o advento da urbanização, desponta a importância da preocupação com a higiene pública. A medicina urbana se coloca na centralização das informações, na normalização do saber, na análise dos perigos, das condutas, dos amontoamentos e dos ambientes, no controle das doenças e da circulação. Posiciona-se como importante estratégia no sentido de atingir o controle dos fenômenos da população como um todo, como um fundamental mecanismo administrativo do Estado.

Com o intuito de organizar as cidades, a medicina passou a se ocupar da raça e da sexualidade. A partir de dispositivos de poder-saber, é exercida pressão sobre estas, intervindo na reprodução, nos casamentos, na família, na hereditariedade, com base na preocupação com a degeneração da população. Tem-se como pressuposto que se deve atuar sobre as anormalidades para que elas não pervertam a descendência da população. Para isto, a medicina irá articular mecanismos disciplinares e reguladores no sentido de construir uma população eugênica.

... a sexualidade, na medida em que está no foco de doenças individuais e uma vez que está, por outro lado, no núcleo da degenerescência, representa exatamente esse ponto de articulação do disciplinar e do regulamentador, do corpo e da população. E vocês compreendem então, nessas condições, por que e como um saber técnico como a medicina, ou melhor, o conjunto constituído por medicina e higiene, vai ser no século XIX um elemento, não o mais importante, mas aquele cuja importância será considerável dado o vínculo que estabelece entre as influências científicas sobre os processos biológicos e orgânicos (isto é, sobre a população e sobre o corpo) e, ao mesmo tempo, na medida em que a medicina vai ser uma técnica política de intervenção, com efeitos de poder próprios. A medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos reguladores. (Foucault, 1999: 301)

A partir da atuação do biopoder na construção da normalização social, aparece o racismo como uma estratégia de Estado no sentido de atingir a purificação da população. Para Foucault, o racismo moderno se apresenta como uma tecnologia de poder. Aparece como a face do biopoder ligada ao poder sobre a morte. Estabelece uma ruptura entre o que deve fazer viver, ligado ao ideal de pureza, e o que deve se deixar e

fazer morrer. Os grupos raciais entram em foco enquanto uma estrutura biológica, estando o racismo encarregado de estabelecer fragmentações dentro da espécie e uma relação positiva com a morte, já que ela aparece como condição para a vida. “A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização.” (Foucault, 1999: 306) Assim, a partir da ideia de uma busca da saúde, da pureza, da higienização, do progresso da população, coloca-se como condição biológica a morte. Institui-se um estado de guerra das raças, onde a reprodução da vida da raça ideal tem como condição a morte da outra. O racismo é o princípio do direito moderno de matar, aparecendo na guerra, na colonização, no combate a criminalidade e aos fenômenos “anormais”.

O racismo se forma nesse ponto (racismo em sua forma moderna, estatal, biologizante): toda uma política do povoamento, da família, do casamento, da educação, da hierarquização social, da propriedade, e uma longa série de intervenções permanentes ao nível do corpo, das condutas, da saúde, da vida quotidiana, receberam então cor e justificação em função da preocupação mítica de proteger a pureza do sangue e fazer triunfar a raça. (Foucault, 1988: 162)

A partir deste racismo de Estado, podemos compreender a relação mantida pelos discursos de poder e as teorias biológicas do século XIX. O evolucionismo social e o darwinismo social – enquanto discursos científicos - tornaram-se a forma moderna de pensar a colonização, a guerra, as diferenças sociais, os enfrentamentos à loucura, às perversões, à prostituição, etc. O racismo irá permitir o biopoder exercer-se, justificando a condenação e a exposição à morte de adversários políticos, dos pobres, dos criminosos, dos “anormais”, como uma forma de regenerar a própria raça.

3. Cientificismo e Determinismo Racial no Brasil em Fins do Século XIX

No fim do século XIX, os ideais do liberalismo ganharam força no Brasil, dando sinais da desagregação do sistema senhorial e da aproximação da abolição da escravidão. O processo de urbanização surge com um projeto político de substituição da mão de obra escrava, de disciplinarização das classes trabalhadoras, de controle sobre a migração da população, de repressão às manifestações culturais populares e de higienização dos espaços urbanos. Começamos a perceber o deslocamento do poder político para o controle sobre a vida biológica, o biopoder. Neste sentido, a partir da imagem do Brasil de um país mestiço, torna-se central a preocupação com a raça e a sexualidade ao se pensar o destino da nação.

As instituições de pesquisa e de ensino funcionaram para os “*homens de ciencia*” como espaços em que legitimavam suas posições sociais e o pensamento científico produzido. Buscavam fundamentos para pensar os rumos da nação nas teorias sociais vindas da Europa, como o positivismo, o liberalismo e o social-darwinismo, incorporadas e difundidas por uma elite intelectual. Foram estes modelos de saber secular, afastados de concepções religiosas, importantes na implantação da República.

O fim da Guerra do Paraguai, em 1870, foi acompanhado pelo fortalecimento da campanha republicana no Brasil e pelo desenvolvimento econômico, propiciado pela cafeicultura e pelo início do processo de industrialização. Neste período, o ideário positivista de aplicação da racionalidade das ciências naturais à sociedade, procedente da França, atraiu médicos, engenheiros, advogados, legisladores, educadores, estudantes, militares etc.. Os princípios de ordem, de progresso, de modernização e de

regeneração influenciaram fortemente os movimentos de caráter republicano e abolicionista e, posteriormente, a relação entre o Estado republicano e a sociedade.

Os grupos dominantes apontavam como necessidade integrar-se ao “mundo civilizado”. Com o desenvolvimento de uma racionalidade modernizante, passou-se a privilegiar o discurso científico, alimentando embates entre “*homens de sciencia*” e “*homens de letras*”. A arte da retórica dos literatos, que marcava o romantismo até a década de 1870, dá lugar a discursos especialistas, que se colocam como uma linguagem moral e política de justificação do poder, representando as novas necessidades do Estado. A ciência adquire grande importância, convertendo-se em instância moral suprema. Com o prestígio alcançado pelos cientistas, fica a cargo destes pensar a organização da população. Boaventura Santos (2000) nos lembra de que as deficiências e os excessos da modernidade foram deixados a cargo da ciência.

Essa gestão reconstrutiva dos excessos e dos défices foi progressivamente confiada à ciência e, de forma subordinada, embora também determinante, ao direito. Promovidos pela rápida conversão da ciência em força produtiva, os critérios científicos de eficiência e eficácia logo se tornaram hegemônicos, ao ponto de colonizarem gradualmente os critérios racionais das outras lógicas emancipatórias. (Santos, 2000: 51)

Neste momento em que se buscava no Brasil um rompimento com as ideias tradicionais do romantismo e com o catolicismo associados à monarquia, o positivismo passou a gozar de força impositiva entre os intelectuais brasileiros e a elite, que almejava o progresso econômico sem, contudo, promover uma reforma social.

Julgando a massa da população “despreparada” para participação plena na sociedade (devido ao analfabetismo, ao meio racial inferior etc), achavam o aspecto autoritário do positivismo um modelo de modernização, que explicava e justificava a continuada concentração do poder nas mãos da elite. (Skidmore, 1976: 29)

Com a Revolução Industrial e o processo acelerado de urbanização na Europa, consolidou-se a dominação econômica das potências europeias sobre o “Novo Mundo”. Esta prosperidade econômica serviu de alicerce para a fé no liberalismo. Em meio a esta ebulição, surgem as teorias deterministas raciais que, inspiradas nas ciências naturais, buscaram explicar a partir da ideia de raça as diferenças entre os povos e nações.

No início do século XIX, os pensadores europeus que refletiam sobre a origem do homem se distinguem em duas correntes, os monogenistas e os poligenistas. A corrente monogenista sustentava uma imagem de humanidade em constante desenvolvimento e distribuída em diferentes estágios de evolução, indo de povos mais primitivos aos mais civilizados. A escola poligenista defendia a ideia de existência de diferentes raças e de uma hierarquia natural entre elas, determinantes na história humana. Este fator teria proporcionado o sucesso econômico dos europeus do norte, considerados raças superiores. Entretanto, com a publicação de “A origem das espécies”, em 1859, o embate entre as duas correntes foi amenizado. A teoria da seleção natural, de Charles Darwin, tornou-se um paradigma da época, sendo transplantado para o pensamento social através do darwinismo-social. Os darwinistas-sociais pregaram uma origem comum da humanidade, porém, segundo eles, as diferentes raças teriam se separado há muito tempo, gerando heranças e estágios evolutivos diferentes. Coloca-se então como preocupação central a mestiçagem, considerada um fator degenerativo.

A racionalidade científica reforçou, a partir das teorias deterministas raciais, o poderio político e econômico das nações europeias e de seus descendentes brancos. Estas ideias

foram transplantadas para o Brasil juntamente com o pensamento liberal. Os cientistas brasileiros fizeram amplo emprego delas, adaptando-as ao contexto nacional. O determinismo racial introduziu uma divisão binária na população brasileira, surgindo um estado de guerra das raças que tinha como objetivo a eugenia.

No Brasil, o liberalismo veio influenciar fortemente os movimentos abolicionistas. A escravidão era vista pelos liberais brasileiros como um impasse a modernização da nação. Dentre os nomes que ganharam destaque no movimento abolicionista se encontram os de Joaquim Nabuco e de José do Patrocínio. Para estes, “a escravatura fizera um Brasil vergonhoso e anacrônico, face ao mundo moderno, e fora de compasso com o ‘progresso do nosso século’.” (Skidmore, 1976: 34). O país sofria também grande pressão da Europa e da América do Norte em prol da abolição da escravidão. Todavia, mesmo os abolicionistas compartilhavam do pensamento de que os negros eram raças inferiores e que se deveria ter como objetivo tornar o Brasil um país mais branco.

A abolição da escravidão só veio ocorrer no Brasil em 13 de maio de 1888, com a Lei Áurea. No entanto, a forma como ocorreu comprometeu ainda mais a posição do negro nas relações de produção e como agente de trabalho. Não houve a preocupação em promover subsídios para os negros libertos se inserirem na sociedade. Estes se encontraram em situação de competição com o já grande exército de reserva de “trabalhadores nacionais” e, principalmente, com a mão de obra imigrante, contra os quais era evidente a sua grande desvantagem. O imigrante branco europeu assumiu então o papel de agente natural do trabalho livre e assalariado, monopolizando as oportunidades de classificação econômica e de ascensão social.

O pensamento racial inserido no Brasil, a partir de um mito de superioridade inata da raça branca, funcionou como um instrumento conservador na definição da identidade nacional e no reforço às hierarquias sociais. Sob este prisma, as questões sociopolíticas, econômicas e os comportamentos humanos foram reduzidos a fatores biológicos. Os mecanismos de poder têm aqui como central o poder sobre a vida. O perfil do Brasil como um país fortemente marcado pela questão racial e pela sexualidade colocava em foco para estes cientistas a urgência de pensar políticas eugênicas no sentido de retirar a população do processo de degeneração.

4. A Eugenia e a Medicalização da Sociedade Brasileira

Os médicos, entre os cientistas do Brasil, foram os primeiros a se organizarem institucionalmente, despontando também como os primeiros intelectuais brasileiros da modernidade. As duas maiores instituições do país que os formavam eram as faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Elas destacaram-se nacionalmente na empreitada de promover o planejamento urbano e o incremento do controle social. A faculdade da Bahia, principalmente com a Escola Nina Rodrigues, deu ênfase aos estudos de patologia, de psicologia coletiva e de medicina legal. Enquanto isto, a faculdade do Rio de Janeiro focou-se na saúde pública e nos esforços de combate às epidemias, tendo como maior expoente Oswaldo Cruz. Como ponto em comum tinha-se a crença de que se fazia necessário purificar a raça, para que assim pudesse se preconizar o progresso da nação.

A partir da década de 1870, dá-se o incremento das produções científicas, da publicação de revistas, da organização de novos cursos e da formação de grupos de interesses. A raça, o corpo, o sexo, a saúde e a higiene tornaram-se temas correntes. O Brasil era visto

como um “país doente”, cabendo então aos médicos curá-lo. Os médicos pesquisadores alcançam enorme prestígio social, figurando como detentores da verdade, dotados de uma capacidade divina de objetividade. Eles reivindicavam a responsabilidade pela organização social e os seus discursos se constituíram enquanto diretrizes da sociedade brasileira. O campo social é invadido pela medicina, que, enquanto um saber regenerativo, colocava-se como uma tecnologia de poder com intuito de normalizar e de controlar os indivíduos e as populações. A medicina assume uma postura de intervenção social intensa e autoritária.

A raça situava-se no foco da discussão acerca da saúde da nação e da evolução social, aparecendo como central a questão da mestiçagem. A partir das análises deterministas, a intensa mestiçagem no país aparece como um fator de degenerescência racial, ocasionando anomalias físicas, morais e intelectuais. As doenças mentais, a epilepsia, o alcoolismo, a criminalidade, a sífilização, as grandes moléstias, etc. passaram a ser vistas como consequências funestas da mistura das raças.

Abstraindo, pois, da condição de escravos em que os negros foram introduzidos no Brasil, e apreciando as suas qualidades de colonos como faríamos com os de qualquer outra procedência, extremando as especulações teóricas sobre o futuro e o destino das raças humanas, do exame concreto das consequências imediatas das suas desigualdades atuais para o desenvolvimento do nosso país, consideramos a supremacia imediata ou mediata da raça negra nociva à nossa nacionalidade, prejudicial em todo o caso à sua influência não sofreada aos progressos e à cultura do nosso povo. (Rodrigues, 2008: 24)

As produções científicas geraram censos, estatísticas e estudos de comportamentos acerca dos doentes e da população das cidades, dando atenção especial à questão racial. Os dados eram manipulados de forma a estabelecer vínculos entre esta e os diversos problemas nacionais.

A medicina legal apareceu como tema predominante na medicina baiana, tendo Nina Rodrigues como seu maior expoente. O foco da atenção nos estudos sobre a criminalidade é desviado do crime para o criminoso. Relacionando a criminalidade à miscigenação, utilizou-se amplamente de técnicas para detectar traços de presença de miscigenação, como a frenologia, o estudo dos crânios, traçando estágios de evolução mental. Em “Os africanos no Brasil”, Nina Rodrigues afirma:

O negro, principalmente, é inferior ao branco, a começar da massa encefálica, que pesa menos, e do aparelho mastigatório, que possui caracteres animalescos, até as faculdades de abstração, que nele é tão pobre e fraca. Quaisquer que sejam as condições sociais em que se coloque o negro, está ele condenado pela sua própria morfologia e fisiologia jamais poder igualar ao branco. (Rodrigues, 2008: 241)

O mesmo autor mais adiante também declara:

A sobrevivência criminal é, por outro lado, um caso especial de criminalidade, que se poderia denominar étnica, resultante da coexistência, em uma mesma sociedade, de povos ou raças em fases diferentes de evolução moral e jurídica, de modo que aquilo que ainda não é imoral ou antijurídico para uns, deve já ser para outros. Desde 1894, insisto no contingente que muitos atos antijurídicos dos representantes das raças inferiores, negra e vermelha, prestam à criminalidade brasileira, os quais, contrários à ordem social estabelecida no país pelos brancos, são, ainda, perfeitamente legais, morais e jurídicos, considerando-se do ponto de vista de quem os pratica. (Rodrigues, 2008: 246)

Estes médicos passaram a reivindicar para si o tratamento dos criminosos. Trançaram também análises patológicas e de psicologia social que buscavam fundamento no determinismo racial, colocando a miscigenação como elemento degenerativo da saúde física, mental e moral da população brasileira, que deveria ser enfrentado energicamente. Com isto, entraram em embate com bacharéis de direito, na medida em que atuando de forma autoritária negavam os princípios de igualdade e de liberdade do Código Penal, considerando-os quimeras sem embasamento científico.

No Rio de Janeiro, os higienistas debruçaram-se sobre o desafio de lutar contra as grandes moléstias. Não bastava mais somente curar as doenças, o propósito maior era evitar que elas se espalhassem. Surgem as grandes campanhas sanitárias, nas quais se destacou a figura de Oswaldo Cruz, sanitário responsável pelas campanhas contra a febre-amarela e a varíola. Cada vez mais autoritárias, elas abrangeram toda a sociedade, culminando com a aplicação obrigatória da vacina contra a varíola, que gerou a Revolta da Vacina, em 1904, debelada pelas forças policiais. Neste período, os médicos mantinham uma forte articulação com a polícia. Encontrava-se em vigor a “ditadura sanitária”, na qual o higienismo e a eugenia se confundiam. Para poder higienizar o país acreditava-se ser necessária a aplicação de medidas eugenistas. Os discursos do saber científico eram utilizados na legitimação das intervenções do Estado sobre a população.

Na década de 1920 deu-se o auge, em todo o Brasil, das discussões em torno da eugenia, atingindo educadores, engenheiros, jornalistas, juristas, etc. Nesta época, os médicos cariocas passaram a traçar históricos das trajetórias das grandes epidemias, relacionando as doenças à imigração e à mestiçagem. Esta interpretação veio casar-se à reivindicação da faculdade de Direito de São Paulo, que buscava proibir a imigração de asiáticos e africanos. Na visão dos médicos, era preciso selecionar as “raças boas” que concorreriam para constituir a raça brasileira. O imigrante branco europeu era tido como um elemento que iria colaborar para o progresso da nação, entretanto desde os anos 1880 eram frequentes discussões na Câmara dos Deputados na tentativa de proibir a entrada de imigrantes asiáticos e africanos. Esse critério de classificação dos imigrantes vigorou em muitos estados na hora de selecionar os imigrantes que iriam entrar enquanto força de trabalho. “A elite brasileira, patriota e disciplinar, apostou nesse projeto de raça e de incremento econômico às lavouras de café.” (Diwan, 2007: 117)

Uma grande campanha eugênica dividiu a população entre regeneráveis e não regeneráveis. Deu-se ênfase, a partir daí, a uma série de programas de higienização e de reformas sanitárias, pedagógicas e arquitetônicas, utilizados nos grandes centros urbanos como uma cruzada contra a decadência física, moral e sexual.

Essa é a época dos grandes projetos de saneamento que invadem dos lares às igrejas, dos portos às escolas. Nenhum detalhe escapa. Prescrevem hábitos alimentares, indumentárias, costumes. Buscam a disciplina no uso dos lugares públicos, pedem educação higiênica na mais tenra idade escolar. (Schwarcz, 1993: 207)

Com o intuito de promover a regeneração da raça era feito também incitamento à prática da educação física e de esportes. Políticos e autoridades, amplamente incentivados pelos higienistas, passaram a organizar frequentemente competições esportivas como forma de alcançar a perfeição física, a partir de corpos atléticos e saudáveis. Por outro lado, intensificou-se o combate às atividades lúdicas dos estratos pobres e/ou negros da população, considerando-as perniciosas para o corpo social. É o caso da capoeira, das religiões de origem africana, da briga de galo, do jogo do bicho, etc.

Em 1923, foi fundada no Rio de Janeiro, pelo psiquiatra Gustavo Riedel, a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM). Esta instituição tinha de início o objetivo de “melhorar a assistência aos doentes mentais através da renovação dos quadros profissionais e dos estabelecimentos psiquiátricos.” (Costa, 2010: 45) No entanto, influenciados pela noção de eugenia, a partir de 1926, o foco é mudado da atenção aos doentes para a prevenção, a educação e a eugenia. A atenção dos psiquiatras é deslocada dos doentes, passando para os indivíduos normais. Em 1928, a partir da mudança do seu estatuto, a LBHM passa a atuar na intervenção preventiva em ambientes escolares, profissionais e sociais. Os psiquiatras assumem cada vez mais o papel de higienistas mentais. “A eugenia foi, para eles, a maneira científica e psiquiátrica de resolver a confusão moral, racial, e social onde se encontrava o Brasil, sem, no entanto, abdicar de seu status profissional.” (Costa, 2010: 77)

A partir da preocupação com o aprimoramento da população, houve um incremento dos discursos acerca da sexualidade. A sexualidade foi submetida a uma ortopedia social na busca da normalização e do controle. Entra em cena a preocupação com a homossexualidade, a prostituição, a masturbação, o adultério, o controle da reprodução, etc. Estas questões são deslocadas do âmbito da religiosidade e da moral, passando a ser tratadas como objetos da medicina. As pessoas são distribuídas entre normais e anormais, estando os anormais na jurisdição dos médicos. São feitas associações da sexualidade com patologias físicas, mentais e crimes. No entanto, longe de serem simplesmente reprimidas e silenciadas, as formas consideradas anormais foram reproduzidas e incitadas a virem a público.

Na busca de melhorar a constituição da raça, foram construídos projetos que propunham a esterilização de indivíduos tidos como nocivos. A preocupação com a reprodução da população levou ao controle dos casamentos, incentivando “casamentos desejáveis” e reprimindo relações inter-raciais. Neste momento de construção de uma identidade nacional, a articulação entre raça e sexualidade esteve no centro dos discursos, das teorias, dos projetos e das políticas urbanas. A eugenia se propunha a purificar a população brasileira e colocá-la no caminho rumo progresso.

Os anos 20-30 são um momento crucial em termos da redefinição não apenas político-econômica, mas, essencialmente, cultural. Na busca de respostas para a construção do ideário de um Brasil “moderno”, colocava-se com ênfase pouco vista em outros momentos a questão: “que país é esse?” Médicos, educadores, engenheiros, literatos, enfim, todos os intelectuais discutiam apaixonadamente o tema da “identidade cultural/nacional” e, na busca de respostas, dois aspectos são então tomados a fundo: “raça” e “sexualidade”. O perfil de Brasil que se configura neste momento tem uma forte marca racial, ao mesmo tempo que aparece também intensamente sexualizado. Desenha-se um quadro erotizado deste país mestiço. (Herschmann; Pereira, 1994: 33)

Observa-se a ampliação da propaganda e dos estudos eugenistas, tendo como marcos o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929, e o 1º Congresso de Higiene Mental, em 1931, que reuniram os pesquisadores eugenistas brasileiros. Surge, em 1931, a Comissão Central Brasileira de Eugenia, fundada por Renato Kehl, psiquiatra e grande representante da eugenia no Brasil, tendo como foco incitar o estudo da hereditariedade e da eugenia. Nos primeiros anos da década de 1930, com o apoio recebido pela Revolução de 30, dá-se a intensificação da campanha eugenista e higienista no país. O Departamento Nacional de Saúde passa a congregar em nível nacional os mecanismos

institucionais psiquiátricos, objetivando fomentar a ampliação de projetos eugênicos e de higiene mental.

No entanto, ainda no início da década de 1930, as teorias deterministas raciais perdem força juntamente com os modelos eugenistas de explicação e de projeção da população brasileira. Foi fundamental nesta guinada a publicação da obra “Casa Grande & Senzala” de Gilberto Freyre. Freyre veio a ser o maior expoente de uma corrente de pensamento que acreditava que as raças negra, branca e indígena teriam se misturado harmoniosamente no Brasil, dando origem a uma mestiçagem não só racial como também cultural. Esta miscigenação, segundo o autor, teria dado origem a um povo melhor adaptado às condições da terra e, principalmente, sem barreiras e preconceitos.

Freyre teve suas ideias refletidas em todo o campo cultural e científico brasileiro, constituindo o “mito da democracia racial”², que passou a aparecer como a ideologia racial brasileira. Com este discurso, a desigualdade racial é diluída em meio à desigualdade social, perdendo-se a ligação entre as relações raciais e as técnicas de dominação de classe social. A partir deste mito foi possível preservar o poder de dominação da “raça branca”. Ao invés de se buscar uma integração do negro à sociedade de classes, este mito possibilitou que o negro fosse mantido excluído das possibilidades de ascensão. Florestan Fernandes (1978), ao analisar o referido mito, alerta-nos do papel que este teve na manutenção das relações de poder vigentes.

Ao que parece, tal utilidade evidencia-se em três planos distintos. Primeiro, generalizou um estado de espírito farisaico, que permitia atribuir à incapacidade ou à irresponsabilidade do “negro” os dramas humanos da “população de cor” da cidade, com o que eles atestavam como índices insofismáveis de desigualdade econômica, social e política na ordenação das relações raciais. Segundo, isentou o ‘branco’ de qualquer obrigação, responsabilidade ou solidariedade morais, de alcance social e de natureza coletiva, perante os efeitos sociopáticos da espoliação abolicionista e da deteriorização progressiva da situação socioeconômica do negro e do mulato. Terceiro, revitalizou a técnica de focalizar e avaliar as relações entre “negros” e “brancos” através de exterioridades ou aparências dos ajustamentos raciais, forjando uma consciência falsa da realidade racial brasileira. (Fernandes, 1978: 255)

Posteriormente, será determinante para o fim do prestígio da eugenia entre os cientistas brasileiros a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, junto aos países do bloco dos Aliados contra os países do Eixo, este último encabeçado pela Alemanha, país no qual as políticas eugenistas resultaram num grande programa de extermínio. “A partir de então, o eugenismo estava destinado ao esquecimento, tornando-se sinônimo de intolerância e violência. Seus adeptos, no Brasil, desapareceram da cena política ou trataram de reorientar suas histórias omitindo a participação nesse movimento.” (Diwan, 2007: 121) No entanto, o racismo continuará presente na sociedade brasileira, encoberto pelo mito da democracia racial, determinando as relações socioeconômicas e mantendo um abismo entre os brancos e os negros.

² Com o mito da democracia racial, o racismo no Brasil tem assumido a forma da negação do racismo. Através da negação da existência do preconceito racial tem se gerado não-existências, negando aos negros, ao longo da história, as oportunidades de integração e de emancipação social.

5. Considerações finais

Com base no quadro desenhado acima e na noção de biopoder em Foucault, podemos perceber que no Brasil, a partir da década de 1870, deu-se, concomitante ao processo de modernização, e dando-lhe suporte, o incremento de mecanismos destinados a exercer o controle sobre a vida. O Estado investiu sobre a vida biológica como ponto central na reorganização nacional. Observamos então um desenvolvimento, tardio em relação à Europa Ocidental, de um biopoder que absorveu o controle sobre os corpos e sobre a população, baseado em mecanismos disciplinares e de segurança.

Nesta tomada do biológico pelo Estado, a medicina desempenhou papel fundamental como um dispositivo de saber-poder que tomou para si o dever de pensar a saúde da população e o destino da nação. Manteve uma postura autoritária e intervencionista, submetendo todo o corpo social a um processo de medicalização. Com base em discursos de saber-poder, construídos nas faculdades de medicina e demais instituições que congregavam os médicos, as cidades são tomadas por políticas eugenistas, higienistas e sanitaristas que buscavam evitar o processo de degeneração da população e colocar o Brasil no caminho do progresso.

Com base em teorias deterministas, que davam suporte ao mito de uma superioridade racial branca, a raça e a sexualidade foram o foco da discussão em torno da população. Sendo o Brasil fortemente marcado pela miscigenação, vimos erguer-se um estado de guerra das raças. A emergência de purificação da raça legitimou amplas políticas de controle social, regulando e intervindo sobre a reprodução, sobre a família, sobre a arquitetura, sobre a educação, sobre os corpos, sobre os ambientes de trabalho, etc.

O Brasil, até os primeiros anos da década de 1930, era considerado um “país doente” e em degeneração, tendo os médicos eugenistas tomado para si a incumbência de intervir sobre a população, disciplinar a sociedade e propiciar uma reorganização racial, sexual e urbana. Com o descrédito em que caiu a eugenia, ela deixou de ser um ideal confessável, porém ainda encontramos no Brasil um culto ao branqueamento presente na *media*, nos espaços de produção de conhecimento, nos padrões de perfeição corporal e nas relações de poder socioeconômico. Este permanece como um legado do compromisso que mantivemos com as teorias deterministas raciais.

Referências Bibliográficas

Costa, Jurandir Freire, (2010): *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Garamond.

Diwan, Pietra, (2007): *Raça Pura: uma história da eugenia*. São Paulo: Editora Contexto.

Fernandes, Florestan, (1978) (2 vols.): *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática.

Foucault, Michel, (1979): *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

_____ (1988): *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

_____ (2008): *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (1999): *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.

Herschmann, Micael M., / Pereira, Carlos Alberto Messeder (Org.), (1994): *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco.

Rodrigues, Nina, (2008): *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Madras.

Santos, Boaventura de Sousa, (2000): *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.

Schwarcz, Lília Moritz, (1993): *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.

Skidmore, Thomas E., (1976): *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.